

**Análise do desenvolvimento econômico dos municípios do Litoral Norte Paulista, com base no Produto Interno Bruto e no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**

*MORAES, Juliana Bárbara*  
*CARNIELLO, Mônica Franchi*  
*RODRIGUES, Marilsa de Sá*

**RESUMO**

Este artigo teve como objetivo geral relacionar a variação do Produto Interno Bruto - PIB dos municípios do Litoral Norte Paulista - LNP com o seus Índices Firjan de Desenvolvimento Municipal- IFDM ao longo de cinco anos. Tratou-se de uma pesquisa de cunho qualitativo e abordagem descritiva, sendo realizada uma revisão bibliográfica e análise documental. Procurou-se responder ao problema de pesquisa que buscou verificar como se apresentava a relação entre o desenvolvimento econômico dos municípios do LNP, entre 2012 a 2016, mensurado pelo PIB e o IFDM. Notou-se que, de uma forma geral, os dois indicadores não estavam totalmente sintonizados em termos de tendência ao longo do tempo, ressaltando a importância da associação de instrumentos de avaliação que possibilitem, além da análise econômica em termos quantitativos, uma verificação, em profundidade, da realidade de um município, de maneira a contribuir para a adoção de políticas específicas e, conseqüentemente, criando novas oportunidades de promover o desenvolvimento econômico regional.

**PALAVRAS CHAVE:** Crescimento econômico, Desenvolvimento econômico, Produto Interno Bruto, índice Firjan.

**ABSTRACT**

This article aimed to relate the variation of the Gross Domestic Product - GDP of the municipalities of the North Coast of São Paulo - NCSP with their Firjan Indices of Municipal Development - IFDM over five years. It was a qualitative research and a descriptive approach, with a bibliographic review and documentary analysis. We tried to answer the research problem that sought to verify how the relationship between the economic development of the NCSP municipalities, between 2012 and 2016, measured by GDP and IFDM, was presented. It was noted that, in general, the two indicators were not fully tuned in terms of trend over time, highlighting the importance of associating assessment instruments that allow, in addition to economic analysis in quantitative terms, a verification, in depth, of the reality of a municipality, in order to contribute to the adoption of specific policies and, consequently, creating new opportunities to promote regional economic development.

**KEYWORDS:** Economic growth, Economic development, Gross Domestic Product, Firjan index.

## 1- INTRODUÇÃO

Por muito tempo, o conceito de crescimento econômico recebia o mesmo entendimento ou significado de desenvolvimento econômico. Ao longo dos anos, o primeiro conceito passou a ser entendido em sua forma mais ampla, incorporando variáveis além daquelas relacionadas ao crescimento da riqueza, mas, sobretudo, relativas à qualidade de vida, educação e saúde da população.

Atualmente, percebe-se que o entendimento similar a respeito do conceito de desenvolvimento econômico e crescimento econômico tem diminuído, uma vez que o tema vem sendo objeto de pesquisas as quais tem trazido um melhor entendimento acerca da distinção entre os conceitos.

A análise de fatores objetivamente mensuráveis pode estar relacionada à avaliação sobre o crescimento econômico, porém, a apreciação por si só destes elementos, não é capaz de fornecer informações regionalizadas, trazendo a necessidade de introduzir a observação de aspectos sociais como forma de analisar, em profundidade, a realidade do município.

Na esfera regional observa-se que os estudos sobre desenvolvimento econômico vêm sendo realizados por meio de comparações entre municípios, reforçando a ideia de que a avaliação do desempenho de uma determinada localidade só é possível quando comparada a outra.

A proposta desta investigação rejeita a noção de que a avaliação isolada de um indicador puramente quantitativo (PIB), seria capaz de medir o desenvolvimento econômico de um município. A pesquisa se tornaria relevante se fosse associada à análise qualitativa (IFDM), como forma de promover a compreensão aprofundada das diferentes concepções de se alcançar o desenvolvimento de uma localidade.

Dentro do contexto da regionalização, esta investigação utilizou como objeto de pesquisa os quatro municípios integrantes do Litoral Norte Paulista - LNP, quais sejam: Caraguatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba.

Assim, no contexto desta temática, foi formulado o seguinte problema de pesquisa: Como se apresenta a relação entre o desenvolvimento econômico dos municípios do Litoral Norte Paulista - LNP, ao longo do período de 2012 a 2016, mensurado pelo Produto Interno Bruto - PIB e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM?

A partir da formulação do problema de pesquisa, este trabalho teve como objetivo geral relacionar a variação do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios do LNP com o seus Índices Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), em uma série temporal de cinco anos.

Como objetivos específicos buscou-se realizar, para o período de 2012 a 2016, 1- um levantamento referente ao PIB dos municípios do LNP, verificando qual setor de atividade econômica tem maior participação na sua formação; 2- um levantamento junto à base de dados da FIRJAN, analisando a variação do IFDM no que se refere aos componentes Educação, Saúde e Emprego e Renda e 3- a comparação dos resultados encontrados em termos de PIB e IFDM relativos aos municípios do LNP, em uma série temporal de cinco anos.

Este artigo é estruturado em cinco seções: uma introdução, uma revisão da literatura, uma caracterização da metodologia empregada, a análise dos resultados e as considerações finais.

## 2- REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1- PIB, Desenvolvimento e crescimento econômico

A área acadêmica tem demonstrado por meio de diversos estudos haver diferenças acerca do conceito de desenvolvimento econômico e crescimento econômico, de maneira a ficar esclarecido que o primeiro teria relação com o conforto social e qualidade de vida e segundo estaria relacionado a fatores como o aumento da produção de bens e serviços.

Partindo do entendimento acerca de desenvolvimento econômico, Cavalcante e Vieira (2018) explicam que esse conceito está mais relacionado ao aspecto qualitativo do que ao quantitativo, ou seja, tem relação com conforto social e qualidade de vida, enquanto o crescimento econômico considera o aumento da renda e sua distribuição.

O desenvolvimento econômico é um fenômeno que implica transformações estruturais e, segundo Vieira e Santos (2012), deve ser promovido mediante uma configuração que possibilite a mudança na estrutura do poder político de maneira que promova a melhor produção e distribuição dos recursos, dada a sua grande importância para a harmonização do desenvolvimento econômico e contribuição para uma melhor qualidade de vida da população.

Nesse sentido, a dinâmica que caracteriza o desenvolvimento é exposta por Vaz (2005) ao assimilar o processo de mudança estrutural como uma “produtividade social”, ressaltando a importância da quantidade e da qualidade da produção e como a distribuição dos bens e serviços produzidos por determinada comunidade pode contribuir para o bem estar das pessoas.

Quanto ao entendimento acerca do crescimento econômico, este é representado pelo aumento da produção de bens e serviços; entretanto, verifica-se uma desigualdade na maneira com que este aumento ocorre em determinadas regiões do país, com disparidades entre estados da federação onde o Produto Interno Bruto não é igualitário em todo território nacional (CAVALCANTE; VIEIRA, 2018).

Conforme explanado por Vieira e Santos (2012), a análise do crescimento econômico deve mensurar a melhoria da qualidade de vida da população pois o desenvolvimento vem acompanhado de mudanças culturais e estruturais do sistema econômico, sendo que a simples análise do crescimento de renda *per capita* não assegura tais transformações.

Vieira e Santos (2012) discorrem que o crescimento econômico de uma localidade é percebido através da mensuração do crescimento da força de trabalho, da receita poupada e investida, assim como através do grau de aperfeiçoamento tecnológico, sendo na maioria das vezes calculado mediante a evolução do crescimento anual do Produto Nacional Bruto – PNB ou Produto Interno Bruto – PIB. Os autores mencionam ainda que, à luz do Dicionário de Economia, “crescimento econômico significa o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica” (VIEIRA; SANTOS, 2012, p.347).

Siedenberg (2006) disserta sobre a relação do crescimento econômico e seu caráter quantitativo, que significa basicamente aumentos em dimensão, volume ou quantidade e ressalta que se esses aumentos resultarem na melhoria dos indicadores sociais, pode-se considerar que houve um desenvolvimento, o que remete ao entendimento de que o desenvolvimento seria um processo de mudanças tanto econômicas quanto sociais em determinada região.

O Produto Interno Bruto – PIB, é um dos principais indicadores utilizados para medir o crescimento econômico de uma cidade, região, estado, país ou grupos de países, contudo, este indicador por si só não é capaz de fornecer informações regionalizadas abrangendo questões como a distribuição de renda e qualidade de vida das pessoas (FERNANDES et al., 2018).

O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano e, no Brasil, o IBGE, em conjunto com Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, vem, desde 1996, elaborando as Contas Regionais do país com metodologia compatível com os conceitos adotados pelas Contas Nacionais e comparável entre as Unidades da Federação (Relatório Metodológico do PIB dos Municípios, 2010).

Os resultados apurados através do PIB refletem estimativas coerentes e comparáveis entre si que permitem observar a contribuição de cada estado para a formação da Renda Nacional, ou do Produto Interno Bruto do País, e constituem importantes indicadores da realidade econômica regional (Relatório Metodológico do PIB dos Municípios, 2010).

A partir da performance do PIB, cria-se não só a possibilidade de analisar o crescimento econômico, mas também oportuniza outras análises como por exemplo traçar sua evolução no tempo para verificar seu desempenho no ano, fazer comparações com outras localidades, analisar o PIB *per capita* para medir o quanto caberia a cada indivíduo se todos recebessem partes iguais, dentre outros. (IBGE, 2020),

Contudo, conforme expresso pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020), o PIB é apenas um indicador síntese de uma economia que ajuda a compreender um país, mas não expressa importantes fatores, como distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde. Um país tanto pode ter um PIB pequeno e ostentar um altíssimo padrão de vida, como também pode registrar um PIB alto e apresentar um padrão de vida relativamente baixo.

Segundo o IBGE (2020), um grande equívoco verificado é a comparação do PIB ao total da riqueza existente em uma determinada localidade, como uma espécie de tesouro nacional, um estoque de valor existente na economia, onde, na realidade, o PIB é um apenas um indicador de fluxo de novos bens e serviços finais produzidos durante um período, apresentados, a preços correntes, os valores adicionados brutos dos três grandes setores de atividade econômica – Agropecuária, Indústria e Serviços – bem como os impostos, o PIB e o PIB *per capita*.

## 2.2- Desenvolvimento Econômico Regional

Os estudos regionais têm sido efetuados em termos comparativos com outras regiões em relação à suas economias e à economia nacional, reforçando a ideia de que a avaliação do desempenho de uma determinada região só é possível quando comparada a outra.

A desigualdade econômica regional em um país é considerada premissa teórica quando se trata de avaliação do processo de desenvolvimento, onde a expansão de uma determinada região tende a produzir efeito retrógrado em outras, como por exemplo, migração de população jovem, com mão de obra técnica e qualificada para trabalho em outras localidades, deslocamento de comércios para regiões com maior contingente de demanda e busca por localidades que ofereçam taxas de retorno mais elevadas, dentre outros. (DUARTE; CAVALCANTI, 2016).

Aspectos particulares das regiões como por exemplo, a dimensão do setor de mercado interno, a disponibilidade e qualidade de mão de obra e de infraestrutura, os níveis salariais, a dotação de recursos naturais e políticas públicas favoráveis são fatores que estimulam o crescimento local, uma vez que atraem novas indústrias para aquela área e, em contrapartida, o crescimento de determinadas regiões em detrimento de outras, impulsiona o aumento das disparidades regionais (SOUZA, 2007).

Outra questão que também deve ser considerada está relacionada à concentração de renda em regiões que contam com um forte setor industrial, onde estão presentes as empresas que possuem tecnologias de ponta, uma forte e consolidada relação entre capital e trabalho, enquanto as regiões mais pobres e conseqüentemente menos industrializadas, encontram-se em condições inferiores em relação a tecnologias, mão de obra menos qualificada e maiores restrições orçamentárias por parte do poder público quanto ao investimento em setores estratégicos e sociais (SOUZA, 2007).

Na esfera regional, as políticas de desenvolvimento focalizam promover ações para atrair investimentos que venham acompanhados de inclusão tecnológica, com o objetivo de aumentar a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, a competitividade local; porém, o enfoque nesta teoria de desenvolvimento acaba por negligenciar os fatores internos das regionalidades relacionados aos aspectos culturais e sociais que devem ser considerados para o desenvolvimento não só da riqueza empresarial, mas também da riqueza humana de determinada localidade (VIEIRA; SANTOS, 2012).

A análise do desenvolvimento econômico regional passa por uma argumentação que vai além da discussão histórica do crescimento econômico baseado em avaliações de aspectos econométricos, não se reduzindo à importância deles, mas introduzindo uma análise qualitativa do desenvolvimento, articulada em dois sentidos: a primeira, pautada na rejeição da avaliação apenas nos indicadores econômicos e a segunda constituindo uma história capaz de compreender o tempo e o espaço como variáveis que ajudam a entender as diferentes concepções de se alcançar o desenvolvimento (SANTOS; CARNIELLO, 2011).

Vieira e Santos (2012) discorrem sobre a concepção da economia clássica, na qual os agentes econômicos, empresas, estados e indivíduos promovem suas decisões econômicas baseando-se apenas nos benefícios materiais, os quais são importantes, mas não exclusivos. Os autores ressaltam que os indicadores de desenvolvimento econômico devem abranger novas formas de concepção, agregando os fatores culturais e sociais como condicionantes do desenvolvimento e não somente os econômicos.

Os elementos pertinentes ao desenvolvimento econômico estão relacionados às dinâmicas locais vivenciadas ao longo do tempo, onde a cultura local pode contribuir para o desenvolvimento de forma particular em cada região, prevalecendo a necessidade do desenvolvimento de políticas que superem as questões econômicas, tendo como sustentação os aspectos sociais e políticos dos atores sociais (VIEIRA; SANTOS, 2012).

### **2.3- Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM foi criado em 2008 pelo Sistema da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, inspirado no IDH – Índice de Desenvolvimento Humano da ONU – Organização das Nações Unidas.

Medir as transformações, antecipar tendências, enxergar oportunidades e prever ações futuras é fundamental para o desenvolvimento de um país e para isso é preciso gerar dados

atualizados e confiáveis periodicamente, levando em conta as realidades municipais e suas complexidades.

Para fazer uma avaliação isenta e confiável, o cálculo do IFDM utiliza dados administrativos oficiais e de declaração obrigatória, disponibilizados pelos municípios, Ministérios da Educação, da Saúde e do Trabalho, onde os dados coletados unem informações de abrangência nacional, com corte municipal e atualização anual.

Segundo a FIRJAN (2020), quando os municípios se desenvolvem, o país inteiro se transforma. Os dados de cada município revelam a realidade brasileira, o que permite enxergar tendências, identificar carências, orientar políticas e acompanhar seus impactos no desenvolvimento do município.

O IFDM é um indicador capaz de verificar, em profundidade, a realidade dos municípios através da avaliação das variáveis de emprego e renda, educação e saúde, uma vez que medir o desenvolvimento de um país apenas pela dimensão econômica não é suficiente para acompanhar suas conquistas e transformações sociais (FIRJAN, 2020).

Os dados dos componentes analisados pelo IFDM permitem, em sua metodologia, verificar tanto a fotografia anual dos municípios quanto a evolução ao longo dos anos, sendo a leitura dos dados bastante simples, onde o índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo), para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento, ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade.

No cálculo do IFDM relativo a “Emprego e Renda”, a vertente Emprego avalia a geração de emprego formal e a capacidade de absorção da mão-de-obra local e a “Renda” acompanha a geração de renda e sua distribuição no mercado de trabalho do município. O objetivo deste componente é captar tanto a conjuntura econômica como características estruturais do mercado de trabalho do município, abordando conceitos como a formalização do trabalho e as desigualdades, baseados em parâmetros internacionais de desempenho. (Nota Metodológica Firjan, 2018).

O IFDM – “Educação” é composto por seis indicadores e foi idealizado para captar a oferta de educação infantil e, principalmente, a qualidade da educação prestada no ensino fundamental, em escolas públicas e privadas. Seus indicadores abordam atributos como: taxa de matrícula na educação infantil, taxa de distorção idade-série, percentual de docentes com curso superior, número médio diário de horas-aula, taxa de abandono escolar e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB (Nota Metodológica FIRJAN, 2018).

O IFDM – “Saúde” tem foco na saúde básica e contempla indicadores cujo controle é de competência municipal, sendo composto por quatro indicadores com pesos iguais, sendo eles: internações sensíveis à atenção básica, percentual de gestantes com mais de seis consultas pré-natal, proporção de mortes por causas mal definidas e taxa de óbitos infantis por causas evitáveis (Nota Metodológica FIRJAN, 2018).

Segundo a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (2020), a metodologia aplicada possibilita determinar, com precisão, se a melhora relativa ocorrida em determinado município decorre da adoção de políticas específicas ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios.

A Federação destaca ainda que em 2014 a metodologia do IFDM foi aprimorada para captar os novos desafios do desenvolvimento brasileiro, buscando padrões de desenvolvimento encontrados em países mais avançados, utilizando-os como referência para os indicadores municipais.

### **3- METODOLOGIA**

Para a elaboração deste estudo foi adotada uma abordagem qualitativa, utilizando a metodologia descritiva quanto aos objetivos, empregando também a pesquisa documental e bibliográfica quanto aos seus procedimentos técnicos.

Gerhardt e Silveira (2009) discorrem que a pesquisa qualitativa preocupa-se com o aprofundamento da compreensão de um determinado assunto, grupo ou organização, centrando-se na explicação da dinâmica das relações sociais e organizacionais, onde o conhecimento do pesquisador é parcial e limitado, sendo um dos objetivos deste tipo de pesquisa contribuir para a produção de novas e informações.

A pesquisa descritiva foi aplicada neste trabalho com o objetivo de descrever sistematicamente os dados relacionados ao Produto Interno Bruto – PIB e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM dos municípios paulistas de Caraguatatuba, Ilhabela, Ubatuba e São Sebastião, coletados junto às bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados- SEADE e Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN, no período de 2012 a 2016.

Para Vergara (2000), a pesquisa descritiva busca caracterizar um fenômeno ou situação no detalhe, especialmente o que está ocorrendo, permitindo apresentar, com certo nível de precisão, fatos e fenômenos de determinada população, estabelecendo correlações entre variáveis.

Quanto a pesquisa documental, Godoy (1995) discorre que este tipo de pesquisa possibilita ao investigador desenvolver o trabalho de forma criativa e inovadora, o que pode trazer contribuições importantes ao tema estudado. Além disso, a autora ressalta que este tipo de pesquisa enriquece a fonte de dados do pesquisador por meio do exame de materiais de naturezas diversas, aos quais mesmo já tendo recebido tratamento analítico, ainda podem ser reexaminados e reinterpretados.

Assim, a pesquisa documental utilizada neste estudo buscou levantar informações com intenção de realizar associações, interpretar e reinterpretar os dados de documentos oficiais divulgados por instituições públicas e privada de pesquisas, disponibilizados nos sites dos órgãos das esferas governamental, federal, estadual, municipal e da instituição privada.

Verifica-se que grande parte das pesquisas acadêmicas requer um trabalho que envolva uma investigação bibliográfica, sendo este tipo de pesquisa elaborado com base em material já publicado e, neste sentido, a pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias é caracterizada por Vergara (2000) como um estudo sistematizado com base em material publicado em meios diversos de comunicação e acessível ao público em geral.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada neste trabalho com a finalidade de buscar embasamento teórico e científico para que fosse possível discorrer e fundamentar o tema, utilizando como fonte de pesquisa livros, artigos científicos, relatórios e notas metodológicas.

### **4- ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A fim de possibilitar o entendimento acerca das atividades econômicas que mais agregam valor adicionado na composição do PIB dos municípios, torna-se imperioso deixar claro o entendimento acerca desses segmentos.

O setor de “serviços” é constituído por áreas com atividades econômicas que envolvem comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas,

serviços de alojamento e alimentação, transportes, armazenagem e correio, serviços de informação, intermediação financeira, seguros e previdência complementar, atividades imobiliárias, atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares, administração, educação e saúde públicas, defesa e seguridade social, educação e saúde mercantis, artes, cultura, esporte, recreação e outras atividades de serviços e serviços domésticos (IBGE, Relatório Metodológico do PIB dos municípios, 2010).

Já, o setor da “indústria” é formado pelos segmentos da indústria extrativa mineral, indústria de transformação, produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana e Construção civil. Particularmente quanto a indústria extrativa mineral, esta trata separadamente a produção de petróleo e gás natural do restante dos produtos desta atividade, objetivando acompanhar com mais ênfase produtos de grande relevância econômica e, assim, melhor distribuir os seus valores.

Inicialmente foi feita a coleta de dados referentes ao Produto Interno Bruto dos municípios do Litoral Norte Paulista, no período de 2012 a 2016, destacando-se os setores de Serviços, Administração Pública, Indústria e Agropecuária.

#### 4.1- Perfil dos Municípios e sua Participação no PIB

Caraguatatuba- SP, município fundado em 1857, ocupa uma área territorial total de 484,97 km<sup>2</sup> (IBGE, 2019), possui grau de urbanização de 96,29% (SEADE, 2020) e uma população equivalente a 121.532 mil habitantes, segundo a última estatística do IBGE (2019).

Atualmente, sua economia baseia-se principalmente no turismo, sendo verificado que setor de Serviços apresentou maior participação em valor agregado na composição do PIB municipal, seguido dos setores de Administração Pública, Indústria e, por fim, Agropecuária, conforme demonstrado na Tabela 01:

**Tabela 01: Atividades com valor adicionado ao PIB de Caraguatatuba**

<b>Atividades com valor adicionado (em mil reais) ao PIB – Caraguatatuba</b>										
	<b>2016</b>	<b>% PIB</b>	<b>2015</b>	<b>% PIB</b>	<b>2014</b>	<b>% PIB</b>	<b>2013</b>	<b>% PIB</b>	<b>2012</b>	<b>% PIB</b>
	<b>(R\$)</b>	<b>Total</b>								
<b>Agropecuária</b>	13.612	0,51%	8.711	0,32%	7.648	0,27%	7.080	0,28%	4.017	0,18%
<b>Indústria</b>	287.119	10,80%	413.605	15,16%	584.841	20,96%	504.317	20,13%	494.276	22,47%
<b>Administração Pública</b>	514.813	19,37%	490.135	17,97%	453.549	16,25%	415.637	16,59%	347.067	15,78%
<b>Serviços</b>	1.646.037	61,92%	1.629.850	59,74%	1.580.750	56,65%	1.400.424	55,91%	1.200.182	54,55%
<b>Outros valores brutos adicionados (em mil reais) ao PIB Caraguatatuba</b>										
<b>Impostos</b>	196.627	7,40%	185.812	6,81%	163.673	5,87%	177.476	7,09%	154.457	7,02%
<b>PIB Total do Município</b>	2.658.208	100,00%	2.728.113	100,00%	2.790.460	100,00%	2.504.935	100,00%	2.199.999	100,00%
<b>PIB Per Capita</b>	24.081		25.029		26.013		23.727		21.174	

Fonte: IBGE (2020)

O município de Ilhabela-SP, constituído distrito sede em 1938, ocupa uma área territorial total de 346,389 km<sup>2</sup> (IBGE, 2019), possui grau de urbanização de 96,52% (SEADE, 2020) e uma população equivalente a 34.970 mil habitantes, segundo a última estatística do IBGE (2019).

A economia do município (exceto de produção da indústria de extração) baseia-se no turismo, no comércio e na construção civil, com a pesca e o artesanato ocupando posições secundárias em termos econômicos; porém, a Indústria destaca-se na composição do PIB municipal, uma vez que este setor é impulsionado pelo recebimento de royalties e participações especiais sobre a exploração de petróleo e gás natural, conforme apresentado na Tabela 02:

**Tabela 02: Atividades com valor adicionado ao PIB de Ilhabela- SP**

<b>Atividades com valor adicionado (em mil reais) ao PIB – Ilha Bela</b>										
	<b>2016</b>	<b>% PIB</b>	<b>2015</b>	<b>% PIB</b>	<b>2014</b>	<b>% PIB</b>	<b>2013</b>	<b>% PIB</b>	<b>2012</b>	<b>% PIB</b>
	<b>(R\$)</b>	<b>Total</b>								
<b>Agropecuária</b>	3.016	0,10%	3.543	0,05%	3.168	0,05%	4.088	0,13%	1.550	0,13%
<b>Indústria</b>	1.673.714	55,57%	4.946.271	68,07%	4.592.319	67,84%	2.050.313	62,81%	546.117	47,20%
<b>Administração Pública</b>	202.632	6,73%	172.225	2,37%	141.818	2,10%	130.640	4,00%	114.742	9,92%
<b>Serviços</b>	1.077.917	35,79%	2.067.771	28,46%	1.959.996	28,95%	1.029.685	31,55%	460.357	39,79%
<b>Outros valores brutos adicionados (em mil reais) ao PIB Ilha Bela</b>										
<b>Impostos</b>	54.527	1,81%	76.388	1,05%	71.948	1,06%	49.358	1,51%	34.169	2,95%
<b>PIB Total do Município</b>	3.011.806	100,00%	7.266.198	100,00%	6.769.250	100,00%	3.264.083	100,00%	1.156.934	100,00%
<b>PIB Per Capita</b>	95.589		234.122		222.446		109.397		39.547	

Fonte: IBGE (2020)

O município de São Sebastião – SP, desmembrado do município de Santos-SP em 1636 e elevado à condição de cidade em 1875, ocupa uma área territorial total de 402,395 km<sup>2</sup> (IBGE, 2019), possui grau de urbanização de 98,87% (SEADE, 2020) e uma população equivalente a 88.980 mil habitantes, segundo a última estatística do IBGE (2019).

O setor terciário lidera a economia do município com atividades comerciais e de prestação de serviços decorrentes da importância de suas atividades portuárias e turísticas, sendo verificado que setor de Serviços apresentou maior participação em valor agregado na composição do PIB municipal, seguido dos setores de Administração Pública, Indústria e por fim, Agropecuária, conforme apresentado na Tabela 03:

**Tabela 03 – Atividades com valor adicionado ao PIB de São Sebastião-SP**

<b>Atividades com valor adicionado (em mil reais) ao PIB – São Sebastião</b>										
	<b>2016</b>	<b>% PIB</b>	<b>2015</b>	<b>% PIB</b>	<b>2014</b>	<b>% PIB</b>	<b>2013</b>	<b>% PIB</b>	<b>2012</b>	<b>% PIB</b>
	<b>(R\$)</b>	<b>Total</b>								
<b>Agropecuária</b>	10.546	0,30%	8.487	0,25%	6.912	0,13%	7.164	0,13%	5.245	0,12%
<b>Indústria</b>	388.008	11,03%	355.301	10,42%	261.731	4,98%	397.665	7,35%	320.365	7,04%
<b>Administração Pública</b>	515.650	14,66%	486.191	14,26%	454.505	8,65%	442.602	8,18%	388.803	8,54%
<b>Serviços</b>	2.099.664	59,70%	1.928.399	56,55%	2.261.562	43,03%	2.177.230	40,26%	1.760.304	38,68%
<b>Outros valores brutos adicionados (em mil reais) ao PIB São Sebastião</b>										
<b>Impostos</b>	503.260	14,31%	631.642	18,52%	2.271.019	43,21%	2.383.049	44,07%	2.075.709	45,62%
<b>PIB Total do Município</b>	3.517.128	100,00%	3.410.021	100,00%	5.255.728	100,00%	5.407.710	100,00%	4.550.426	100,00%
<b>PIB Per Capita</b>	42.851		42.171		66.197		69.369		59.450	

Fonte: IBGE (2020)

O município de Ubatuba- SP, elevado à condição de cidade em 1855 ocupa uma área territorial total de 708,105 km<sup>2</sup> (IBGE, 2019), possui grau de urbanização de 97,67% (SEADE, 2020) e uma população equivalente a 90.799 mil habitantes, segundo a última estatística do IBGE (2019).

A economia do município baseia-se no turismo litorâneo, pesca e comércio, sendo que sua maior participação no PIB municipal está voltada às atividades do setor de Serviços, seguido dos setores de Administração Pública, Indústria e por fim, Agropecuária, conforme mostra a Tabela 04.

**Tabela 04 - Atividades com valor adicionado ao PIB de Ubatuba**

<b>Atividades com valor adicionado (em mil reais) ao PIB – Ubatuba</b>										
	<b>2016</b>	<b>% PIB</b>	<b>2015</b>	<b>% PIB</b>	<b>2014</b>	<b>% PIB</b>	<b>2013</b>	<b>% PIB</b>	<b>2012</b>	<b>% PIB</b>
	<b>(R\$)</b>	<b>Total</b>								
<b>Agropecuária</b>	23.379	1,31%	18.686	1,09%	16.756	1,01%	14.628	1,00%	10.892	0,91%
<b>Indústria</b>	195.000	10,92%	225.566	13,16%	237.193	14,36%	213.716	14,61%	172.061	14,36%
<b>Administração Pública</b>	343.572	19,23%	331.160	19,31%	309.572	18,75%	285.955	19,54%	225.478	18,82%
<b>Serviços</b>	1.128.769	63,19%	1.049.807	61,22%	1.011.018	61,22%	874.035	59,73%	721.607	60,23%
<b>Outros valores brutos adicionados (em mil reais) ao PIB Ubatuba</b>										
<b>Impostos</b>	95.637	5,35%	89.453	5,22%	76.803	4,65%	74.902	5,12%	68.080	5,68%
<b>PIB Total do Município</b>	1.786.358	100,00%	1.714.671	100,00%	1.651.343	100,00%	1.463.236	100,00%	1.198.119	100,00%
<b>PIB Per Capita</b>	21.048		20.440		19.938		17.894		14.841	

Fonte: IBGE (2020).

Ainda sobre o panorama do Produto Interno Bruto - PIB apresentado, verificou-se que no período de 2012 a 2016 todos os municípios analisados apresentam uma tendência de crescimento em participação naquelas atividades econômicas em que se destacavam, conforme demonstrado na Tabela 05:

**Tabela 05- Participação das atividades econômicas nos PIB's municipais**

<b>Setores</b>	<b>Agropecuária (%)</b>					<b>Indústria (%)</b>				
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Municípios</b>										
Caraguatatuba	0,18	0,28	0,27	0,32	0,51	22,47	20,13	20,96	15,16	10,80
Ilhabela	0,13	0,13	0,05	0,05	0,10	47,20	62,81	67,84	68,07	55,57
São Sebastião	0,12	0,13	0,13	0,25	0,30	7,04	7,35	4,98	10,42	11,03
Ubatuba	0,91	1,00	1,01	1,09	1,31	14,36	14,61	14,36	13,16	10,92
<b>Setores</b>	<b>Adm. Pública (%)</b>					<b>Serviço (%)</b>				
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Municípios</b>										
Caraguatatuba	15,78	16,59	16,25	17,97	19,37	54,55	55,91	56,65	59,74	61,92
Ilhabela	9,92	4,00	2,10	2,37	6,73	39,79	31,55	28,95	28,46	35,79
São Sebastião	8,54	8,18	8,65	14,26	14,66	38,68	40,26	43,03	56,55	59,70
Ubatuba	18,82	19,54	18,75	19,31	19,23	60,23	59,73	61,22	61,22	63,19

Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do IBGE e Fundação Seade (2020).

De maneira geral, percebeu-se que os municípios do Litoral Norte Paulista, em sua maioria, agregavam valor ao setor de Serviços na composição do PIB de cada município, com o desenvolvimento de atividades econômicas em segmentos diversos, dentre eles, o de comércio, construção civil, pesca, artesanato e prestação de serviços voltados ao turismo local e atividades portuárias. Verificou-se que apenas no município de Ilhabela, o setor de Serviços ocupava posição secundária em termos econômicos, uma vez que a Indústria dominava a participação no PIB municipal em virtude da exploração de petróleo e gás natural.

#### 4.2- Análise do IFDM dos Municípios

Quanto ao Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM, as informações foram coletadas junto à base de dados oficiais da Firjan e categorizados os componentes referentes a Educação, Saúde e Emprego e Renda, no período de 2012 a 2016.

O referido índice considera os seguintes critérios para determinar qual nível de desenvolvimento cada município se encontra: 0,0 a 0,4 (baixo), 0,4 a 0,6 (regular), 0,6 a 0,8 (moderado) e 0,8 a 1,0 (alto).

Observando-se os dados constantes na Tabela 06, percebe-se que o município de Caraguatatuba foi aquele que mais se destacou no componente Educação em relação aos outros municípios, em todos os anos observados.

Já, o município de Ilhabela destacou-se no componente Saúde em todos os anos considerados pela pesquisa, e o município de São Sebastião destacou-se no componente Emprego e Renda nos anos de 2012, 2013, 2014, mas ficou abaixo dos outros municípios nos anos de 2015 e 2016.

O município de Ubatuba, posicionou-se em níveis inferiores aos outros municípios em todos os componentes,

Todos os municípios apresentaram no mínimo nível moderado ou alto de desenvolvimento ao longo do período considerado, em todos os componentes do IFDM, conforme apresentado na Tabela 06:

**Tabela 06- Índice de Desenvolvimento Municipal por componente de 2012 a 2016**

Anos	2012			2013			2014		
	IFDM Educ.	IFDM Saúde	IFDM Emprego Renda	IFDM Educ.	IFDM Saúde	IFDM Emprego Renda	IFDM Educ.	IFDM Saúde	IFDM Emprego Renda
Caraguatatuba	0,9424	0,7443	0,7554	0,9553	0,7797	0,7341	0,9565	0,7965	0,7347
Ilha Bela	0,9162	0,8575	0,6849	0,9277	0,8983	0,7153	0,9288	0,9287	0,6414
São Sebastião	0,8385	0,8336	0,8280	0,8408	0,8355	0,7447	0,8459	0,8299	0,7537
Ubatuba	0,8809	0,7663	0,7115	0,8955	0,7809	0,7059	0,8749	0,7840	0,6845

Anos	2015			2016		
	IFDM Educ.	IFDM Saúde	IFDM Emprego Renda	IFDM Educ.	IFDM Saúde	IFDM Emprego Renda
Caraguatatuba	0,9827	0,8067	0,6044	0,9833	0,8057	0,7260
Ilha Bela	0,9486	0,9349	0,6539	0,9573	0,8995	0,7333
São Sebastião	0,8472	0,8464	0,5759	0,8655	0,8586	0,6334
Ubatuba	0,8953	0,7928	0,6058	0,9098	0,7825	0,6487

Fonte: Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (2020)

Com relação especificamente ao município de Caraguatatuba os dados do referido período mostraram que no componente Educação houve uma tendência de crescimento do índice Firjan ao longo dos anos 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016. Essa tendência também foi acompanhada pelo componente Saúde, em um nível mais baixo do índice.

Quanto ao componente Emprego e Renda, até 2015 havia uma tendência de queda nos valores, mas houve uma recuperação em 2016, a qual ainda não superou o nível de 2012.

Observando-se a evolução dos dados do Índice Firjan relativos ao município de Ilhabela, percebeu-se que no componente Educação ocorreu uma tendência de crescimento contínuo ao longo do período considerado. Essa tendência também foi notada no componente Saúde, mas em um nível abaixo da Educação.

Já, no componente Emprego e Renda, observou-se que a tendência era de baixa do ano de 2012 a 2015 e somente no ano de 2016 houve uma recuperação, indicando uma tendência de crescimento no índice.

Quanto aos dados relativos ao município de São Sebastião, observou-se que no componente Educação houve uma tendência de crescimento ao longo do período considerado, o mesmo ocorrendo com o componente Saúde, inclusive com dados muito aproximados.

Com relação ao componente Emprego e Renda, ele não acompanhou a tendência de crescimento, no período de 2012 a 2015, havendo uma queda acentuada no índice nesse último ano, e, somente em 2016, ocorreu uma recuperação do valor.

Em relação ao município de Ubatuba, o componente Educação apresentou uma tendência de crescimento, apenas com uma leve queda em 2014. Também o componente Saúde demonstrou tendência de crescimento no período considerado, com uma leve queda em 2016.

No que se referia ao componente Emprego e Renda a tendência apresentada foi de queda nos valores entre 2012 e 2015, ocorrendo uma recuperação em 2016, mas não atingindo o nível verificado em 2012.

#### **4.3- Análise da Evolução do PIB e IFDM**

A partir da caracterização dos dados referentes ao Produto Interno Bruto – PIB e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM dos municípios, foi possível analisar a relação entre a evolução destes indicadores em cada município, a partir dos dados apresentados na Tabela 07:

**Tabela 07- Evolução do PIB e IFDM entre 2012 e 2016**

<b>São Sebastião</b>					
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>PIB (em mil reais)</b>	4.550.426	5.407.710	5.255.728	3.410.021	3.517.128
<b>IFDM (em índice)</b>	0,8334	0,8070	0,8098	0,7565	0,7859

<b>Ubatuba</b>					
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>PIB (em mil reais)</b>	1.198.119	1.463.236	1.651.343	1.714.671	1.786.358
<b>IFDM (em índice)</b>	0,7862	0,7941	0,7811	0,7646	0,7803

<b>Ilhabela</b>					
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>PIB (em mil reais)</b>	1.156.934	3.264.083	6.769.250	7.266.198	3.011.806
<b>IFDM (em índice)</b>	0,8195	0,8471	0,8330	0,8458	0,8634

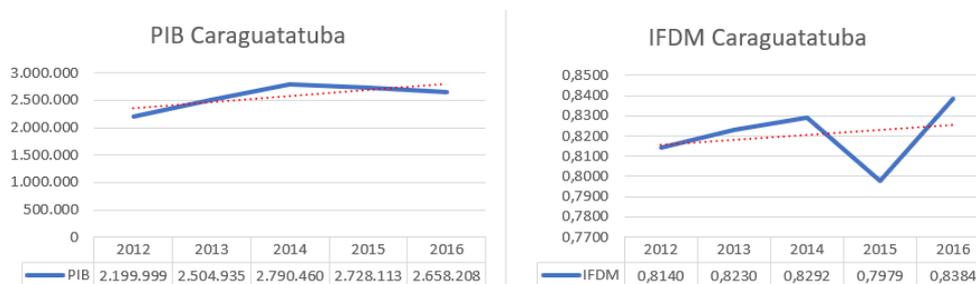
  

<b>Caraguatatuba</b>					
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>PIB (em mil reais)</b>	2.199.999	2.504.935	2.790.460	2.728.113	2.658.208
<b>IFDM (em índice)</b>	0,8140	0,8230	0,8292	0,7979	0,8384

Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do IBGE e Fundação Seade, 2020.

Com relação ao município de Caraguatatuba, até o ano de 2014 o crescimento do PIB era acompanhado pelo aumento do valor do IFDM. No ano de 2015 houve uma queda no PIB e no IFDM. Em 2016 ocorreu uma recuperação do IFDM, mas o PIB continuou sua trajetória de queda, evidenciando que nem sempre os dois indicadores seguiam na mesma direção, conforme Gráfico 01:

**Gráfico 01 – Evolução do PIB e IFDM de Caraguatatuba no período de 2012 a 2016**



Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do IBGE e Fundação Seade, 2020.

No que se refere ao município de Ilhabela, o PIB cresceu no período de 2012 a 2015, sendo acompanhado pelo IFDM, mas em 2016 houve uma queda relevante no PIB desse município, o mesmo não acompanhado pelo IFDM, o qual continuou a sua trajetória de crescimento, conforme demonstrado no Gráfico 02:

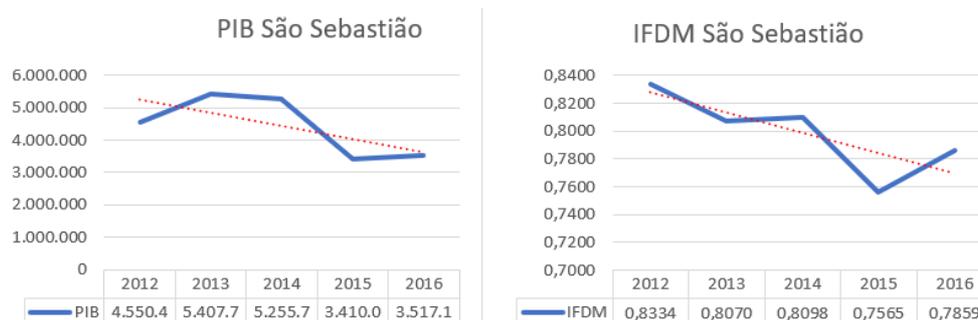
**Gráfico 02 – Evolução do PIB e IFDM de Ilhabela no período de 2012 a 2016**



Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do IBGE e Fundação Seade, 2020.

Quanto ao município de São Sebastião, o PIB apresentou crescimento até o ano de 2013, mas iniciou a tendência de queda a partir de 2014, com ligeira recuperação em 2016, mas bem abaixo dos índices de 2012 e 2013. Essa tendência foi acompanhada pelo IFDM, havendo uma recuperação desse índice em 2016, mas bem abaixo dos níveis de 2012 e 2013. De uma forma geral nesse município o IFDM desenvolveu-se na mesma direção do PIB, conforme apresentado no Gráfico 03.

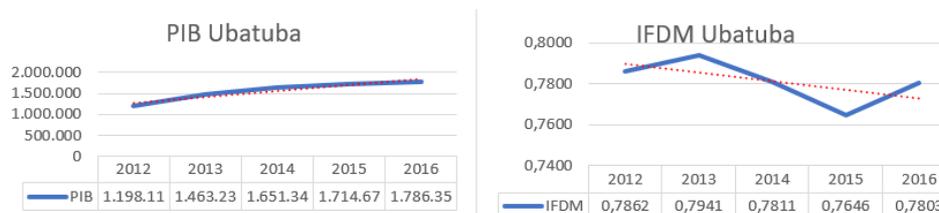
**Gráfico 03 – Evolução do PIB e IFDM de São Sebastião no período de 2012 a 2016**



Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do IBGE e Fundação Seade, 2020.

Ao analisar os dados relativos ao município de Ubatuba, percebeu-se que o PIB apresentava uma tendência de crescimento ao longo do período considerado, mas o IFDM mostrou um comportamento totalmente diferente do PIB, oscilando entre um crescimento em 2012 e 2013 e quedas em 2014 e 2015, voltando a crescer em 2016, mas em um nível mais baixo que em 2012. Assim, não foi evidenciada uma mesma tendência dos referidos indicadores no referido município, conforme mostra o Gráfico 04.

**Gráfico 04 – Evolução do PIB e IFDM de Ubatuba no período de 2012 a 2016**



Fonte: Elaborado pela autora a partir da base de dados do IBGE e Fundação Seade, 2020.

Assim, de acordo com a presente análise e interpretação dos dados, verificou-se que os municípios apresentaram diferentes aspectos na comparação entre o desenvolvimento de seus indicadores, mostrando que o PIB não evoluía da mesma forma que o IFDM.

## **5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta investigação teve como objetivo geral relacionar a variação do PIB dos municípios do Litoral Norte Paulista com os seus IFDMs, em uma série temporal de cinco anos.

Para tanto, foi realizada uma coleta de dados junto ao IBGE e Firjan acerca das informações daqueles municípios, por meio de uma pesquisa documental e bibliográfica, adotando-se como estratégia a abordagem qualitativa, cuja técnica de pesquisa foi a descritiva.

A partir dos objetivos específicos foi possível verificar que a maioria dos municípios, durante o período avaliado, demonstraram maior participação no setor de Serviços na composição do PIB, sendo que, apenas Ilhabela adicionou maior valor ao setor da Indústria em virtude da exploração de petróleo e gás natural.

Analisando o IFDM e seus componentes, verificou-se que todos os municípios apresentavam nível moderado ou alto de desenvolvimento ao longo do período considerado e que cada um se destacava em uma área de desenvolvimento, sendo que, na maioria do período avaliado, Caraguatatuba sobressaía-se no componente Educação, Ilhabela, em Saúde, São Sebastião, em Emprego e Renda, e Ubatuba ficou abaixo dos outros municípios em todo o período avaliado (2015 a 2016).

Ao se relacionar a variação do PIB dos municípios com seus respectivos IFDMs em uma série temporal, ficou evidenciado que os dois indicadores não estavam totalmente sintonizados em termos de tendência ao longo do tempo.

O resultado da associação e comparação entre a variação do PIB e do IFDM veio ao encontro da literatura, quando esta afirma que o PIB, por si só não é capaz de fornecer informações regionalizadas, abrangendo importantes fatores como distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde.

Assim, para a temática estudada, verificou-se a importância da análise da síntese econômica em termos quantitativos (PIB), associada à uma avaliação de índice capaz de medir o desenvolvimento municipal, podendo assim expressar, em profundidade, a realidade de um município, contribuindo para a adoção de políticas específicas e, conseqüentemente, criando novas oportunidades de promover o desenvolvimento econômico regional.

Dada a importância do tema e os resultados desta pesquisa, sugere-se estudos complementares na área, principalmente adicionando metodologias quantitativas que desenvolvam técnicas estatísticas de análise multivariada.

## **6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CAVALCANTE, M. A.; VIEIRA, E.T. **Crescimento Econômico e Desenvolvimento do Município de Cárceres-MT no período de 2000 a 2015**. Latin American Journal of Business Management, v. 9, n. 1, 2018. Disponível em: <https://lajbm.com.br/index.php/journal/article/view/456>. Acesso em 27/05/2020.

DUARTE, V. N.; CAVALCANTI, K. A. **Produto interno bruto (PIB) versus índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) na microrregião de Dourados/MS.** Desenvolvimento Regional em debate, v. 6, n. 1, p. 120-135, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5443876>. Acesso em 15/05/2020.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN, (2020a). Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em 26/05/2020.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN, (2020b). Anexo Metodológico IFDM. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>. Acesso em 26/05/2020.

FERNANDES, R. B., TAVARES, A. L.; AZEVEDO, Y. G. P. **Relação entre o valor adicionado das atividades econômicas e o produto interno bruto do Rio Grande do Norte.** RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia, v.17, n.2, p. 757-782, maio-ago/2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6557493>. Acesso em 25/05/2020.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D.T. (orgs.) **Métodos de pesquisa. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS**, 1.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> Acesso em 02/05/2020.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais.** São Paulo: Revista de Administração de Empresas. v. 35. n. 3, p. 20-29, maio/jun., 1995.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – **Relatório Metodológico do Produto Interno Bruto dos Municípios.** Volume 29, 3 ed., 2010. Disponível em <https://www.seade.gov.br/produtos/midia/2016/10/liv98459.pdf>. Acesso em: 01/05/2020.

SANTOS, M. J.; CARNIELLO, M. F. **Por uma história do desenvolvimento.** Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, v. 7, n. 3, p. 279-295, set-dez/2011, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: <https://rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/519.%20Acesso%20em%2020/05/2020>. Acesso em 20/05/20.

SILVA, R. F. G.; BRITO, L. A. P. F.; VIEIRA. E. T. **Crescimento econômico e desenvolvimento econômico: uma análise pelo índice Firjan e PIB per capita do município de São José Dos Campos – SP.** Gestão e Desenvolvimento em Revista, v.5, n.2, p.59-68, jul-dez/2019. Disponível em: <http://saber.unioeste.br/index.php/gestaoedesenvolvimento/article/view/23340>. Acesso em 26/05/2019.

SIEDENBERG, D. R. **Dicionário do Desenvolvimento Regional.** Santa Cruz: Edunisc, 2006.

VAZ, J. P. **Desigualdade Social e Produtividade Social no Brasil de 1960 – 2000**. Tese de Doutorado em História Social – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005. Disponível em: [https://teses.usp.br/index.php?option=com\\_jumi&fileid=5&Itemid=60&lang=pt-br&filtro=vaz-j](https://teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=5&Itemid=60&lang=pt-br&filtro=vaz-j). Acesso em: 20/05/2020.

VIEIRA, E.T.; SANTOS, M. J. **Desenvolvimento econômico regional: uma revisão histórica e teórica**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, SP, v. 8, n. 2, p. 344- 369, mai-ago/2012. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679>. Acesso em 26/05/2020.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.